

## Capítulo I

### História pré-constitucional

#### 1-Principais momentos político-constitucionais:

Na História Constitucional portuguesa existe uma dicotomia entre 2 períodos onde a data da Revolução liberal é o ponto de demarcação entre ambos, data de 1820:

--- A História pré-constitucional (desde a fundação da nacionalidade portuguesa até 1820)

--- História Constitucional (após 1820 até aos dias actuais).

#### I) História pré-constitucional

**1-** Portugal constituído como Estado através da proclamação e reconhecimento da independência da República portuguesa em 1179 pelo Papa Alexandre III, momento esse que corresponde à consolidação jurídica da independência. Os aspectos de relevância constitucional foram:

- A afirmação da individualidade do Condado Portucalense dentro da Península Ibérica;
- Integração do Condado Portucalense dentro do contexto da República Cristiana.

**2-** D. Afonso II (1211-1293), terceiro rei português, procurou construir o Estado, publicando as Leis Gerais do Reino, tais como as Cúria de Coimbra em 1211.

O seu reinado são nomeados, pelo próprio monarca, juizes (de fora) que tinham como função aplicar o direito régio em nome do Rei.

Ex: Centralização de Inquirições e Confirmações, que consistia em verificar se quem tinha propriedades tinha o referido título, sobe pena de serem confiscadas para o reino.

Ainda neste período, após a morte do rei D. Sancho I, existiu uma Guerra Civil entre o Rei e as irmãs devido às partilhas. Houve lugar a um acordo de paz, o qual existia uma disposição em que o Rei pagaria as indemnizações devidas dos prejuízos provocados pelo conflito --- Primeiro direito de ressarcimento em Portugal.

**3-** Em 1245, D. Sancho II é deposto pelo Papa por não garantir a justiça, sendo nomeado como curador do Reino, o seu irmão

- Supremacia do Papa perante o Rei, como consequência do reconhecimento da independência papal do reino (limite político)

- Tese de Santo Agostinho, “O rei e os reinos têm como fim a justiça”.  
(os limites do poder eram a segurança e a justiça)

**4-** As Cortes de Leiria em 1254

Pela primeira vez, o povo integrou as cortes, abrindo-se a participação popular ao poder político, através dos representantes nomeados pelos concelhos.

Este era o momento da afirmação democrática.

**5-** Em 1297, reinado de D. Dinis, data da celebração do Tratado de Alcanizes:

Marca as fronteiras do território terrestre português, com a excepção de Olivença. (dos primeiros países a fazê-lo). Artigo 5º da CRP “território historicamente definido”, onde se inclui Olivença.

**6-** Em 1385, data das Cortes de Coimbra onde o Mestre de Avis sobe ao poder como D. João I, e dá-se início à legitimação democrática da dinastia de Avis, em que o povo, em cortes, podia escolher o Monarca, segundo a filosofia de D. João das Regas. A legitimidade divina passa assim, para a legitimidade popular. Este foi o momento de legitimidade democrática.

**7-** Em 1415, data da conquista de Ceuta, e início da expansão ultramarina, o que abriu um novo ciclo político que só terminaria no final do séc. XX, com a descolonização. Elemento constitucional no que diz respeito ao território, enquanto elemento do Estado, viria a influenciar a CRP de 1976 e a política de integração na EU.

**8-** Em 1438- Regimento das Cortes de Torres Novas. Após a morte do monarca D. Duarte, e como D. João V ainda era menor, foi nomeado para Regente do reino. Gera-se um conflito armado, onde D. Pedro acaba por morrer na Batalha de Alfarrobeira. Houve a tentativa de encontrar uma solução de compromisso a partilha do reino, tendo-se formado um Regimento, ao qual alguns autores o enunciam como a primeira materialização de uma Constituição formal portuguesa.

**9-** Em 1536, estabeleceu-se a Inquisição em Portugal, que limitou a liberdade tendo vigorado até à Revolução Liberal. Foi usada ao serviço do reforço do poder político e do património do rei, pois através da repressão e do terror, as perdas patrimoniais do povo revertiam a favor do reino. Época caracterizada pela restrição dos direitos, liberdades e garantias.

**10-** Em 1580, O Cardeal D. Henrique (que foi o chefe da Inquisição) morre e formam-se as Cortes de Tomar, a qual Portugal foi apenso à União pessoal da era Filipina (não perdemos a soberania, o rei Filipe II de Espanha acumulou a coroa de espanhola com a portuguesa como Rei Filipe I). Portugal passou a ser um Estado satélite de Espanha.

**11-** Em 1640, deu-se a restauração da independência portuguesa. Em 1641, as Cortes de Lisboa, conhecidos como os Juristas da Restauração, o povo pôde escolher um novo rei, mas também podia depô-lo quando ele não fosse digno do título. Novo momento de afirmação democrática.

**12-** Em 1667, o rei D. Afonso VI, “O Vitorioso” venceu todas as batalhas da restauração e foi deposto através de um golpe de Estado palaciano levado a cabo pelo seu irmão D. Pedro II, alegado que o actual monarca era deficiente. Houve lugar à definição de mecanismos constitucionais de substituição do rei por motivos de incapacidade.

**13-** Em 1778, deu-se uma reforma das Instituições Absolutas, tentando-se criar um Código Constitucional formal (escrito) através dos ideais iluministas e as ideias constitucionais Francesas e Inglesas.

Apareceram 2 posições:

- Ribeiro dos Santos: defendia as instituições liberais
- Mello Freire: defendia uma adaptação às ideias liberais, salvaguardando o poder real.

**14-** Entre 1808 e 1820, deu-se a partida da família real portuguesa para o Brasil, o que significou que pela primeira vez na História, o Governo foi transferido para fora da Europa. – A metrópole transforma-se em colónia da colónia.

D. João V eleva o Brasil a reino e instituiu o Reino de Portugal, Brasil e África, abrindo-se o território continental aos ingleses, constituindo assim uma união pessoal.

Estas decisões determinaram a revolução de 1820, que após o Estatuto da Decadência de Portugal exigir o regresso do rei a Portugal, o Infante D. Pedro, recusa-se a cumprir tal ordem e proclama a independência do Brasil.

**15-** Em 1808, foi suplicada a Napoleão, por parte da Nobreza e pelos doutrinários portugueses, a formalização de uma Constituição para Portugal.

A ideia era preservar as instituições nacionais através de uma Constituição formal que viria substituir as Leis Fundamentais do Reino (a maior parte eram leis costumeiras não positivadas)

#### - A normatividade constitucional anterior a 1820:

Será que o actual texto constitucional permite vislumbrar influências de soluções provenientes do constitucionalismo anterior a 1820?

Sim.

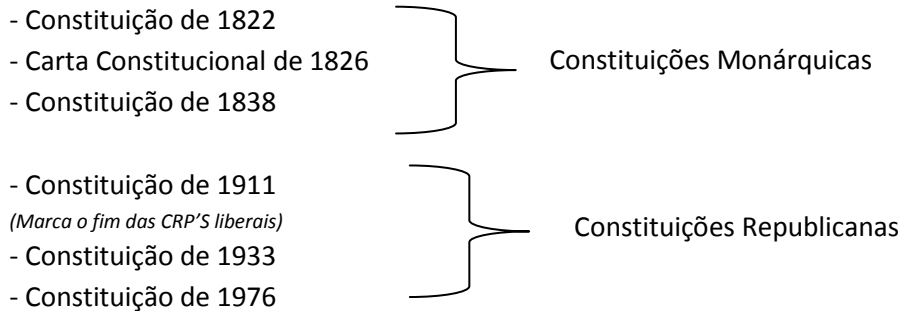
Zonas de influência:

- ✓ A ideia de limitação do poder dos governantes: o exercício do poder é fundado no fim último da prossecução da justiça e na configuração como um dever ao serviço do bem comum.
- ✓ A rigidificação compromissória do processo modificativo das normas constitucionais, ideia essa que veio das Leis Fundamentais do Reino.
- ✓ A existência de matérias reservadas ou dependentes da intervenção das Cortes.
- ✓ **Predomínio ou centralidade da vida política pelo órgão de topo do poder executivo, concentrando também em si o exercício normal do poder legislativo – tal como acontece com o Governo actualmente**
- ✓ Reconhecimento de um princípio de imodificabilidade dos direitos adquiridos dos privados.
- ✓ A fixação das fronteiras terrestres de Portugal no Tratado de Alcanises que hoje tem referência na CRP, no art. 5º nº1 “território historicamente definido”

Em suma, o Estado pré-constitucional e o Estado constitucional, mostram linhas estruturais de continuidade, sendo que a CRP de 1976, adopta um modelo de distribuição da função legislativa pelo Governo, o qual se alicerça numa postura pré-liberal.

## Influência Constitucional

### Momentos constitucionais:



### A influência da História constitucional na CRP de 1976

#### ✓ **A Constituição de 1822**

##### Traços de identidade:

- Ambos emergem de processos políticos emergentes
- Têm na sua génese uma vinculação jurídica anterior: a CRP de 1822 nas Cortes Constituintes de 1821 e a CRP de 1976 as duas Plataformas Constitucionais entre o MFA e os partidos políticos representam uma heterovinculação da Assembleia Constituinte.
- Ambas são o produto final de uma assembleia constituinte.

##### Influência normativa:

- Em matéria de direitos e liberdade individuais, como a inviolabilidade do domicílio, a garantia do caso julgado, responsabilidade dos funcionários públicos pelos erros de ofício e abusos de poder.
- Na organização do poder político: eleição dos deputados do parlamento por sufrágio directo, os projectos de lei não podem ser renovados na mesma sessão legislativa, exigência da fundamentação pelo Chefe do Estado do veto político a um diploma parlamentar, configuração do Conselho de Estado como órgão consultivo do Chefe de Estado, hierarquização da organização dos tribunais.
- Princípio da irrenunciabilidade de qualquer parte do território nacional; a exigência da maioria de “duas partes dos deputados” para aprovação de alterações constitucionais.

#### ✓ **A Carta Constitucional de 1826**

É, até à data, o texto constitucional em sentido formal que mais tempo vigorou em Portugal.

##### Influência normativa:

- Na organização do poder político: cada legislatura tem a duração de 4 anos, o reconhecimento ao Chefe de Estado do poder para dissolver a AR; a obrigação anual do Governo apresentar o OE.
- Em matéria de direitos e liberdade individuais: princípio geral da irretroactividade das leis, o reconhecimento da liberdade religiosa, de circulação de pessoas e bens dentro e fora do país.

##### Períodos de vigência:

- **1826- 1838**
- **1842- 1910**

Nesta fase foram elaborados vários aditamentos:

- Acto Adicional de 1852
  - Todos os tratados internacionais têm de ser aprovados pelo parlamento, antes de serem rectificadados pelo chefe de Estado.
  - Criação de um tribunal de contas e abolição parcial da pena de morte.
- Acto Adicional de 1885
  - O mandato dos deputados não é imperativo
  - Estipulação de um intervalo entre 2 alterações constitucionais
- Acto Adicional de 1895
  - O exercício de deputado está sujeito a incompatibilidades decorrentes da colisão de interesses
  - Reconhecimento ao executivo da competência de emanar “decretos com força legislativa”.

#### ✓ **A Constituição de 1838 (vigorou até 1842)**

Teve uma dupla legitimidade, a legitimidade democrática, por via das Cortes e a legitimidade monárquica, através da rainha que a sancionou.

##### Influência normativa

- Em matéria de direitos fundamentais: reconhecimento de direitos de autor e de associação, proibição da retroactividade lei penal incriminatória.
- Na organização do poder político: possibilidade do parlamento criar comissões de inquérito, fixação da exigência de uma quorum para funcionamento do parlamento, a determinação de que a decisão do Chefe de Estado de dissolver o parlamento não for acompanhada da marcação de nova data de eleições, é nulo.

#### ✓ **A Constituição de 1911**

Produto directo da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910, a CRP de 21 de Agosto de 1911, apesar de ser a última instituída num modelo de Estado liberal, é o primeiro texto constitucional republicano português.

##### Influência normativa

- O preâmbulo da constituição transmite a ideia de que a Assembleia Constituinte exerceu uma função confirmadora do movimento revolucionário que antecedeu a elaboração da CRP, referência à forma de Estado unitário, forma republicana de governo, limites materiais de modificação da CRP, a separação entre o Estado e da Igreja.
- Em matéria de direitos fundamentais: separação entre portugueses e estrangeiros residentes, proibição da tutela da pena de morte, direito de revisão das sentenças condenatórias, a cláusula aberta dos direitos fundamentais.
- Na organização do poder político: as deliberações do parlamento são tomadas, em regra, por maioria dos votos, os requisitos para se candidatar a PR, o PR toma posse perante a AR, a responsabilidade pessoal de cada ministro, os poderes dos tribunais para fiscalizar a

constitucionalidade, a eleição por sufrágio directo do PR e a sua configuração como chefe supremo das FA.

### ✓ **A Constituição de 1933**

Herdeira política e jurídica da Ditadura Militar, tem com uma proximidade subjectiva que a tornam a influência dominante da CRP de 1976.

Do seu texto constitucional original, o desenvolvimento da normatividade “não oficial” e as revisões a que foi sujeita, fizeram dela bem diferente da que chegou ao 25 de Abril, dos quais se pode aferir a seguinte influência:

#### Em matéria de direitos fundamentais

- Equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros
- Consagração expressa do direito à vida e integridade física
- Introdução da “dignidade humana”

#### Na organização do poder político

- Elenco dos órgãos de soberania
- Princípio da responsabilidade difusa do PR e da responsabilidade criminal
- Admissibilidade de todos os actos do PR serem sujeitos a referenda ministerial
- Definição de 1 conjunto de matérias como reserva de lei parlamentar
- Sancionamento da falta de promulgação como inexistência jurídica
- Reafirmação do princípio unitário do Estado
- Criação das regiões autónomas
- Introdução da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral

#### **Interregnos constitucionais:**

##### **Período entre 1910 e 1911**

##### **A Ditadura militar de 1926-1933**

Visando colocar termo ao parlamentarismo da I República, embora não tenha revogado a CRP de 1911, desvitalizou todas as instituições, gerando um verdadeiro interregno constitucional.

#### Alterações das instituições políticas:

- Não existia órgão parlamentar.
- Toda a competência legislativa foi concentrada no poder executivo
- O PR era militar, eleito por sufrágio directo.
- O poder executivo assentava numa estrutura bicéfala: o PR nomeava o Presidente do Conselho de Ministros e este, dirigia o Governo consoante a vontade e confiança política do PR.

Todas estas alterações, acabaram por via a ter uma importância decisiva no constitucionalismo posterior quanto à configuração e funcionamento das instituições políticas. Estas alterações, geraram na CRP de 1976:

- A eleição directa do PR e fixação de 5 anos de mandato
- A autonomia institucional do Governo perante o PR
- A configuração ao Governo como órgão dotado de uma competência legislativa normal

- O protagonismo dos militares na vida política: a revolução de Abril e a ocupação do cargo de PR entre 1926 e 1986, quando o 1º civil o ocupou (Dr. Mário Soares)
- A intervenção do Ministro das Finanças em todos os actos financeiros advém desta CRP, introduzida por Salazar em 1928.

### **Período Revolucionário 1974 a 1976**

Analisa-se a influência que a legislação constitucional revolucionária e as duas Plataformas constitucionais entre o MFA e os partidos políticos comportaram para a Lei Fundamental.

Divide-se entre:

- Influência sobre a normatividade constitucional ainda vigente
  - Criação da figura do PM
  - Instituição do sufrágio universal
  - Criação do Conselho Superior de Defesa Nacional
  - As funções de todos os membros do Governo cessam com a exoneração do PM
  - Os requisitos da substituição do PM
  - A escolha do PM levada a cabo pelo PR e como a faz.
  - Moções de censura ao Governo
  - A substituição do PR, o veto político do PR e o prazo. A proibição de não promulgação da lei de revisão constitucional.
  - A necessidade do Governo apresentar um programa no parlamento
  - A figura do Governo de gestão
- Influência sobre a normatividade constitucional não vigente
  - O aparecimento do Conselho da Revolução, que vai dar origem depois ao Conselho de Estado
  - A consagração de paridade entre DL e Lei

### **A Constituição de 1976**

#### **As revisões constitucionais** (fragilizaram a CRP)

#### **1- 1982**

Foi bastante extensa e trouxe modificações à maior parte das disposições constitucionais (reduzidas a 300 artigos, em vez dos anteriores 312). Globalmente, assinalaram a revisão:

- Redução das marcas ou expressões ideológico-conjunturais vindas de 1975 (EWx: o Conselho da Revolução) e, em particular, a supressão das referências ao socialismo em todos os artigos, salvo no 2º
- Aperfeiçoamento dos direitos fundamentais e clarificação da Constituição económica numa linha de economia pluralista
- Extinção do Conselho da Revolução e termo das funções políticas das Forças Armadas
- Criação do Conselho de Estado, como órgão consultivo do Presidente da República
- O repensar das relações entre o Presidente da República, a Assembleia da República e o Governo, com reflexos no sistema político (responsabilidade política do PM perante o PR), e a criação de um Tribunal Constitucional

## 2- 1989

Os resultados da revisão constitucional de 1982 foram considerados insuficientes por largos sectores da opinião pública, que continuaram muito críticos, sobretudo da parte II da Constituição (embora a integração do país nas Comunidades Europeias, a partir de 1 de Janeiro de 1986, se tivesse feito sem nenhuma dificuldade de índole jurídico-constitucional). Manteve-se o preâmbulo e o articulado passou de 300 para 298 preceitos. Apesar de centrada na organização económica, a revisão constitucional de 1989 não se esgotou aí. Os seus pontos fundamentais são:

- Supressão quase completa das menções ideológico-proclamatórias que ainda restavam após 1982
- Aprofundamento de alguns direitos fundamentais, mormente os dos administrados
- Supressão da regra de irreversibilidade das nacionalizações posteriores a 25 de Abril de 1974 e, em geral, aligeiramento da parte da organização económica
- Reformulação parcial do sistema de actos legislativos (ver leis orgânicas)
- Introdução do referendo político a nível nacional, embora em moldes muito prudentes
- Modificação de 3 das alíneas do artigo sobre limites da revisão constitucional

## 3- 1992

A assinatura em 7 de Fevereiro de 1992, em Maastricht, de um tratado institutivo de uma “União Europeia” conduziria a uma 3ª revisão da Constituição de 1976, tendo em conta a desconformidade de algumas das suas cláusulas com normas constitucionais. Viria a ser uma revisão paralela à operada noutros países comunitários, com relevo para a França e para a Alemanha) e, diferentemente das anteriores, só afectando muito poucos artigos (conquanto não pouco importantes). Sem ela não seria possível ratificar o tratado. A revisão consistiu no seguinte:

- No art. 7º aditou-se um nº 6 (*“Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização do princípio da coesão económica e social, convencionar o exercício em comum dos poderes necessários à construção da união europeia”*)
- No art. 15º consagrou-se a possibilidade de atribuição, em condições de reciprocidade, de capacidade eleitoral a cidadãos membros de países da União Europeia residentes em Portugal, na eleição de Deputados por Portugal ao Parlamento Europeu
- Alterou-se o art. sobre o Banco de Portugal, para permitir a adopção da eventual moeda única europeia
- O art. 166º passou a prever a competência do Parlamento para “acompanhar e apreciar” a participação de Portugal no processo de união europeia
- O art. 200º contém a obrigação do Governo de prestar ao Parlamento, em tempo útil, as informações necessárias para esse feito
- O art. 284º passou a distinguir a revisão constitucional ordinária da revisão constitucional extraordinária (aquela efectuada ao fim de 5 ou mais anos, após a última revisão ordinária, e esta podendo realizar-se a todo o tempo por assunção de poderes de revisão por 4/5 dos Deputados em efectividade de funções

## 4- 1997

Qualquer Constituição é sempre susceptível de correcções e aperfeiçoamentos e em qualquer altura pode tornar-se necessário ou conveniente proceder a alterações, em resposta a novos problemas. Em 1989 era de esperar a entrada num período de estabilidade e acalmia. Não sucederia, porém, assim. Logo em 1994 seria desencadeado um novo processo e em 1996 viria a ser aberta a revisão com a entrega de um primeiro projecto. Após a discussão e a votação pelo Plenário em Julho de 1997, em 3 de Setembro dar-se-ia a votação final global. O articulado ficou mais volumoso e programático do que antes, com não poucas redundâncias e repetições e acolhendo normas que ou já se encontravam no Direito ordinário, interno ou internacional, ou que melhor para ele ficaram remetidas. Em contrapartida, algumas das formulações, em



matéria económica e social, ficaram mais abertas e menos comprometidas com conotações ideológicas. Em síntese, a 4ª revisão constitucional traduziu-se em:

- Desenvolvimento da matéria dos direitos fundamentais e das correspondentes incumbências do Estado
- Relativa acentuação do papel da iniciativa privada dentro da organização económica
- Desconstitucionalização de vários aspectos do sistema político (colégio eleitoral do PR, composição e sistema eleitoral da AR, órgãos executivos locais, regiões administrativas)
- Reforço de mecanismos de participação dos cidadãos (no planeamento urbanístico, referendos nacionais, regionais e locais, iniciativa popular, possibilidade de círculos uninominais, candidaturas independentes às eleições locais)
- Desenvolvimento dos poderes das regiões autónomas (no plano legislativo, tributário, administrativo e europeu), bem como das autarquias locais
- Aumento dos poderes formais da AR a aumento do nº de matérias que exigem maioria qualificada de aprovação
- Reforço do Tribunal Constitucional (com novas competências relativas aos partidos e às assembleias políticas e maiores garantias de independência dos juízes)

## **5- 2001**

À semelhança do que acontecera em 1992, também em 2001 foi desencadeado um processo de revisão constitucional por causa de um tratado: o tratado constitutivo do Tribunal Penal Internacional, assinado em Roma em 1998. A Constituição foi revista para permitir a ratificação desse tratado, visto que, algumas das suas cláusulas, eram ou poderiam ser consideradas discrepantes de diversas normas constitucionais. E, por isso, se adoptou uma fórmula genérica (o novo nº 7 do art. 7º), semelhante à adoptada já noutros países. Mas a revisão de 2001 tocou também noutras matérias:

- Previsão, a par do exercício em comum, do exercício em cooperação dos poderes necessários à construção da união europeia
- Previsão, aí também, de um “espaço de liberdade, justiça e segurança” e, desde logo, desconstitucionalização, para esse efeito, de algumas garantias relativas à expulsão e extradição
- Proclamação do português como língua oficial
- Alargamento, em paralelo com o disposto na Constituição brasileira, de direitos a atribuir aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com estatuto de igualdade
- Restrições à inviolabilidade do domicílio durante a noite, em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada
- Admissão de associação sindical, mas não de direito à greve, por parte de agentes de forças de segurança

## **6- 2004 + 7- 2005**

Ambas, tinham como objectivo integrar a política europeia: a matéria externa tem influenciado as alterações constitucionais num fenómeno de governamentalização.

### **O preâmbulo da CRP**

Não tem qualquer valor jurídico, mas:

Tem uma função hermenêutica e histórica: ajuda à interpretação das normas

Forma a ideia democrática de nação: “aspirações históricas desse povo”

É o único local onde é expressado o socialismo

Expressa a legitimidade democrática da CRP – “os legítimos representantes”